



IMAGEM / IMAGEN: PxHere

Intergeracionalidades em análise: (re)composições ético-estético-políticas em pesquisas-inter(in)venções com crianças e adultos

Érica Atem G. de A. Costa
João Paulo Pereira Barros

A possibilidade de levantar alguns questionamentos à temática da intergeracionalidade parece oportuna em tempos pandêmicos¹. Encruzilhadas não tão novas, impetradas ou recrudescidas por racionalidades neoliberais que engendram crianças-futuro (sempre algumas e todas idealmente) e crianças-sem-futuro (uma das expressões do outro racializado por matrizes coloniais de poder-saber-subjetivação), apartadas do sentimento de estar no presente, embora sob seus efeitos excludentes e de silenciamento. O que temos a dizer às crianças? A que crianças temos buscado dizer algo? O que as crianças, em suas diferentes realidades, têm nos dito? (Deleuze, 2011; Castro, 2013; Tavares, 2014).

Os pactos geracionais em prol de um mundo mais justo e plural são desafios políticos que precisam de oxigênio. Não dá para respirar. Agudizam-se e cronificam-se as desigualdades brasileiras, o que faz com que o direito fundamental à respiração, isto é, à possibilidade de permanecer vivo, ainda mais em tempos de pandemia (Mbembe, 2020), seja restrito aos segmentos favorecidos por históricas hierarquizações raciais, de classe e gênero. Precisa-se de esforços na direção de uma ética que contemple “[...] novos desejos de comunidade emergentes, novas formas de associar-se e dissociar-se que estão surgindo, nos contextos mais auspiciosos ou desesperadores” (Pelbart, 2003, p. 41).

As pesquisas recebem os pedidos esperançosos de reviravolta no desassossego que a pandemia gerou ou agravou em parte da população do mundo. Alguns insistem em respirar, apesar dos desalentos do presente, sem tramar futuro no presente. Crianças e adultos, figuras de subjetividade particularizadas por regimes de verdade e saber-poder (Foucault, 1996) que, a partir de binarizações, normatizam, hierarquizam e (in)viabilizam vidas na modernidade ocidental e colonial – à qual ainda nos encontramos submetidos, não sem resistência. Regimes, estes, que não promoveram uma ética de co-responsabilização (Nandy, 2015). Esta tarefa está por ser feita em toda a sua complexidade e com urgências macropolíticas e micropolíticas em jogo (Deleuze; Guattari, 1999; Deleuze; Parnet, 1998; Guattari, 1987).

Neste texto, apresentam-se recomposições que se colocam como possibilidade para tramar horizontes e políticas de pesquisa, tendo em vista o desafio ético do (re)posicionamento subjetivo e acadêmico, tal como possa se atualizar nas experiências de cada tempo – não apenas de cada idade — como ações políticas que esculpam a vida como obra de arte (Deleuze, 2000; Rolnik, 1993).

Múltiplas cenas de pesquisa-inter(in)venção e transversalização de saberes

As múltiplas cenas que são evocadas neste texto referem-se, ao mesmo tempo, às trajetórias de pesquisa e aos campos de forças que as agenciam e as tornam possíveis. Estão diretamente relacionadas à perspectiva da pesquisa-intervenção e ao *ethos* por ela definido, considerando seus distintos modos de se materializar.

Nos arranjos teórico-metodológicos analisados a seguir, a transversalização da Psicologia Social e Política e do campo múltiplo e divergente dos estudos da infância é uma aposta para desterritorializar modos de subjetivação hegemônicos e empreender co-extensivamente planos de criação e potência das vidas (Barros et al., 2017; Barros et al., 2020; Costa; Costa; Rocha, 2015; Costa; Moura Junior; Barros, 2020). A Intergeracionalidade, como problema, produz rizoma em que várias entradas são possíveis e válidas, em que se cruzam questões como a da escuta das

¹ Este preâmbulo inspira-se na compilação de 136 textos de autorias diversas, intitulada *Pandemia Crítica*, publicação *online*, realizada pela editora N-1 e deflagrada com o início da pandemia pelo novo Coronavírus em janeiro de 2020 e que segue afetando o planeta. A publicação durou 4 meses.

crianças e seus efeitos, a das práticas institucionais que se ocupam das crianças e que se passam nas fronteiras entre Educação, Psicologia, Políticas Públicas e Assistência Social, a dos modos de participação das crianças em contextos periféricos urbanos e a do plano formativo que se dá nos encontros entre as crianças e entre crianças e adultos.

Consideram-se modos de subjetivação hegemônicos aqueles que, como expressão das forças coloniais-capitalísticas (Rolnik, 2018), enquadram e conformam limites enrijecidos para as relações entre adultos e crianças. Ações e imaginários que se materializam no “para crianças” e “sobre crianças”. E que nesta cartografia, pretende-se torcê-los na direção do “entre”, do encontro, sem definição do complemento (entre quem?). Com efeito, apostamos na cartografia como método *ad-hoc* de pesquisa-inter(in)venção com e entre crianças e adultos. Ao pesquisar-intervir com e entre crianças e adultos, pensamos ser necessário afirmar/ocupar/mapear um território existencial intergeracional, acompanhando processos de subjetivação que nele se engendram, a partir de um plano coletivo de forças heterogêneas: “A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação, de semiotização – ou seja, toda a produção de sentido, de eficiência semiótica – não são centrados em agentes individuais, nem em agentes grupais” (Guattari; Rolnik, 1999, p. 31)

Importam, além dos sujeitos-formas (crianças e seus outros) sobrecodificadas pelas máquinas binárias e abstratas, forças, movimentos, linhas, mapas que aparecem como outra figuração para os modos de subjetivação (Deleuze; Parnet, 1998; Liberato; Costa.; Barros, 2019).

O “para” e o “sobre” constituem-se cotidianamente como processos instituídos que resultam em políticas representacionais e que favorecem o binarismo adulto/criança (Kastrup, 2000). São signos do regime de saber-poder moderno e colonial e da produção correlata da adulez modelar branca, da criança burguesa, dos especialismos e das instituições de formação e cuidado (Nascimento, 2002), que apagam ou estigmatizam outras existências em um país em que o adultocentrismo se agencia à sua forte tradição escravagista e autoritária.

Apostamos em uma inter(in)venção articulada à pesquisa cartográfica, de modo a enfatizar seu caráter participativo e seus efeitos na prática micropolítica de invenção de mundos outros. Afinal, intervenção na pesquisa-intervenção cartográfica relaciona-se a intervir nas composições de mundo pelo plano de criação em que o exercício da pesquisa habita (Passos; Barros, 2009):

[...] não corresponde a uma ação unilateral por parte do(a) pesquisador(a), nos contextos e sujeitos pesquisados, mas sim uma intercessão que, como tal, incide nos/nas participantes, no/na pesquisador/a, no problema de pesquisa e no campo-tema estudado ao mesmo tempo, transformando ambos/as. Logo, trata-se de uma ação conjunta e recíproca, uma in(ter)venção ou uma inter-invenção (Costa; Moura Junior; Barros, 2020, p. 22).

Realçar a condição de pesquisa inter(in)venção da cartografia tem sido sustentado em trabalhos como Costa, Moura Jr e Barros (2020) para afirmar a potência do mergulho no plano das experiências que produzem modos de subjetivação, particularmente em contextos periferizados. Assim, atentando para a análise de nossas implicações nesse processo e também criando dispositivos de análise coletiva das condições psicossociais que engendram redes e circuitos de violência contra juventudes periferizadas, bem como dispositivos de experimentações coletivas da produção de sentidos e formas de vida em contextos, onde são aviltadas as próprias condições para uma vida efetivamente vivível. Nessa aposta, além do caráter participativo da pesquisa, investe-se na reinvenção da própria forma-pesquisa e na sua potência de diferir ao perscrutar sentidos e cotidianos de sujeitos e grupos.

Nesta trama, e por essas lentes, problemas como o do adultocentrismo, da escuta da voz das crianças, da sua afirmação como sujeito de direitos, dos seus modos de participação, da formação daqueles que com elas dividem a vida em instituições e práticas sociais, das políticas públicas destinadas à infância vão rachando. Como apontam Costa, Moura Jr. e Barros (2020, p. 20), “apostar num tipo de pesquisa participativa nas margens deve implicar a produção de uma pesquisa marginal – isto é, feita e inserida nas margens e à margem das formas hegemônicas de pesquisa”. Tarefa ética negativa ao modo deleuziano:

[...] não remontar aos pontos, mas seguir e desemaranhar as linhas: uma cartografia, que implicava numa microanálise [...]. É nos agenciamentos que encontraríamos focos de unificação, nós de totalização, processos de subjetivação, sempre relativos, a serem desfeitos a fim de seguirmos ainda mais longe uma linha agitada (Deleuze, 2000, p. 109).

O exercício da cartografia pode constituir os problemas citados anteriormente – adultocentrismo, voz, participação e formação – como analisadores de práticas institucionais e psicossociais cotidianas, ou seja, como aquilo que produz análise ou que revira as lógicas de produção de sentido. “Analisadores como aqueles acontecimentos que podem agitar [...], permitindo surgir com mais força uma análise, que fazem aparecer, de um só golpe a instituição ‘invisível’” (Lourau, 1993, p. 35). Em outras operações de pesquisa, são eles mesmos que estarão em análise, pela força de dispositivos os mais diversos. Dito de outro modo: são fraturados em suas obviedades, naturalizações, mas também convocados em seus inusitados.

Recomposições ético-estético-políticas

As pesquisas cartográficas e genealógicas, dentre suas diferentes possibilidades de agenciamento, valem-se, para definição e discussão de critérios que qualificam o rigor das pesquisas, do exercício de reflexividade e análise de implicação dos/as pesquisadores/as, das restituições movimentadas no curso dos trabalhos, da possibilidade de conectar as políticas de pesquisa com a potência de criar mundos partilhados (Barros et al., 2017; Passos; Kastrup, 2016a, 2016b).

Existe uma afirmação da condição de aprendiz do/a pesquisador/a como constituinte desses planos de análise, das possibilidades das pesquisas sofrerem desvios, inflexões sem determinar rotas pré-calculadas e que se traduzem em rigor e qualidade quando servem para cartografar territórios de pesquisa e visibilizam as contingências e escolhas dos caminhos percorridos (Nascimento, 2002).

O aprendizado e a transformação do pesquisador se fazem no acompanhamento dos efeitos das múltiplas práticas de pesquisa, práticas que dão acesso ao plano de onde emergem sujeitos, objeto, campo, pesquisador, pesquisados, questões, textos, desvios, mundos (Pozzana, 2016, p. 49).

De que adianta pesquisar para confirmar o que se pretende afirmar de antemão? Inspiração genealógica para uma ética da problematização como experiência: “a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se vê” (Foucault, 2001, p. 13) e invenção como tarefa cognitiva para produzir diferenciações e não representar objetos (Kastrup, 2000). Tarefas árduas e que guiam a construção metodológica deste artigo.

Revezamentos teórico-práticos (Foucault; Deleuze, 1996), gênese social e histórica dos problemas (Rossi; Passos, 2014), modos de subjetivação e objetivação (Foucault, 1983), regimes de dizibilidade e visibilidade (Deleuze, 2005) constituem-se conceitos-ferramentas nesta cartografia de territórios de pesquisa simultaneamente ético-estéticos e políticos:

Ético porque não se trata do rigor de um conjunto de regras tomadas como um valor em si (um método), nem de um sistema de verdades tomadas como valor em si (um campo de saber): ambos são de ordem moral. O que estou definindo como ético é o rigor com que escutamos as diferenças que se fazem em nós e afirmamos o devir a partir dessas diferenças. As verdades que se criam com este tipo de rigor, assim como as regras que se adotou para criá-las, só têm valor enquanto conduzidas e exigidas pelas marcas. **Estético** porque este não é o rigor do domínio de um campo já dado (campo de saber), mas sim o da criação de um campo, criação que encarna as marcas no corpo do pensamento, como numa obra de arte. **Político** porque este rigor é o de uma luta contra as forças em nós que obstruem as nascentes do devir (Rolnik, 1993, p. 247).

Os processos que a cartografia desenha e acompanha resultam em modos de estar com o outro que apostam na tessitura de relações de confiança e no alargamento de estratégias participativas, problematizações das codificações e sobrecodificações que caracterizam as segmentaridades que nos sujeitam (ética). Por sua vez, essas tarefas imputam a desconstrução de padrões normativos e a criação de outros territórios para as existências, outras sensibilidades, que esculpem a vida entendida como potência virtual, forças que pedem fluxo e geram fluxo e devires (estética). Co-extensivamente, planos comuns são acessados/traçados, analisando os funcionamentos dos dispositivos de poder, os planos de organização que compõem toda segmentaridade dura (micropolítica), assim como as linhas flexíveis e moleculares e linhas de fuga (Deleuze; Parnet, 1998; Deleuze; Guattari, 1999). Políticas molares e moleculares animam “o” político que se insinua apenas como estabilidades, racionalidades, modos de governo e representações.

A formulação de um território de pesquisa, ainda que sempre por se fazer, foi possível à cartógrafa aprendiz quando coloca em análise o plano de composição de pesquisas, projetos de extensão, propostas escritas para editais em parcerias com ONGS, no intervalo dos últimos 5 anos. Este processo permite visualizar deslocamentos éticos, estéticos e políticos já feitos e/ou em curso, percebendo-se como a questão da intergeracionalidade diferencia-se em meio a cenas e problemas já constituídos, inspirando outros planos de análise e preservando sua condição como problema (faz pensar) e menos como categoria previamente definida.

Neste percurso, encontram-se as ressonâncias do enunciado “dar voz à criança” como campo discursivo, onde atuam forças instituintes e operações de ressencialização do sujeito criança e reterritorialização do adulto, mesmo que afastado imaginariamente do lugar de poder repressivo (Costa; Costa, 2016; Gadelha, 2010). Em outras investigações, cenas lúdicas emergem como dispositivos de experimentação entre crianças e pesquisadoras nos cotidianos escolares, agenciando resistências e permanências quanto aos modos de subjetivação em exercício em projetos políticos pedagógicos, ditos emancipatórios e alternativos (Costa, 2015).

Outra linha nesta cartografia se apresenta pelo interesse em acompanhar processos formativos que se dão pelos encontros entre a ação política das crianças e de outros grupos geracionais, em termos de reposicionamento e reconhecimento. Interesse que vem se fortalecendo na proposição de experiências de formação em parcerias com Ongs, atuantes nas políticas culturais em contexto urbano entre capital e interior do Ceará. Formações desenhadas a fim

de interseccionalizar o debate sobre as ações das crianças em função de marcadores raciais, de classe, de gênero e território, assim como transversalizar políticas públicas no âmbito da cultura: Cultura Viva e Cultura Infância² (Costa; Cavalcante, 2020; Rocha, 2019). A elaboração do percurso formativo em questão³ emerge, então, como dispositivo que pode favorecer a análise da intergeracionalidade, materializada nas práticas dos pontos de cultura que realizam trabalhos “para” as crianças e nas concepções de infância e cultura de seus agentes. Vislumbra-se que disto possa resultar o encontro desses agentes (público a que se destina a formação) com referências locais e contextualizadas, com as quais possam (re)elaborar suas práticas voltadas às crianças, na contramão dos regimes de visibilidade que embranquecem e binarizam o que se passa localmente (Rocha, 2019).

Há ainda, neste território de pesquisa, direções que vão se emaranhando com perspectivas etnográficas (Ribeiro, 2015), tangenciando contribuições da sociologia da infância (Libardi; Castro, 2017; Salgado, 2014; Sarmento, 2005) e se deixando provocar em direção à descolonialidade e à produção de resistências periféricas (Barros; Silva; Gomes, 2020).

Em contextos periféricos, vêem-se conjugações distintas para a resistência cotidiana e afirmação da possibilidade de viver (Costa et al, 2020). Os papéis sociais de quem cuida, quem aprende, quem ensina, quem decide sofrem demarcações segundo as sociabilidades urbanas desses territórios. As heranças, memórias e a transmissão entre grupos geracionais não correspondem aos modelos hegemônicos, segundo uma semiótica burguesa e capitalista. Se regimes de opressão se interseccionalizam, as resistências se rizomatizam, desafiando a composição dos encontros pelos dispositivos da pesquisa-intervenção com crianças e adultos, ou jovens, ou idosos.

Os acontecimentos que se dão no encontro com os territórios periféricos são vistos como possíveis analisadores, podendo favorecer o revezamento entre ação, reconhecimento e reposicionamento na produção das infâncias brasileiras contemporâneas, tendo em conta sua produção desigual. Nos planos das forças e processos, os modos de participação das crianças são rizomas que podem inaugurar pontos de diferenciação em meio a uma rede já marcada por modelos de participação⁴.

Nesta direção, encontros entre grupos geracionais periféricos, não organizados hegemonicamente pelas ordens escolares e familiares, embora ainda atravessados por ela, têm se materializado em parceria com projetos sociais⁵, compondo territórios existenciais pelos quais se podem acessar planos de relações instituídas entre esses grupos, vê-las operando em relação às semióticas periféricas de resistências e exclusão social, em seus efeitos para práticas endereçadas às crianças no território (Alvarez; Passos, 2015).

2 Cultura Viva e Cultura Infância referem-se a leis instituídas no âmbito das políticas culturais do estado do Ceará, a saber: lei n.º 16.602, de 05 de julho de 2018, que institui a política estadual Cultura Viva do estado do Ceará, e a lei n.º 16.322, de 13 de setembro de 2017, que institui o plano de cultura infância do Ceará, respectivamente.

3 A proposta de formação foi submetida como proposta no Edital Cultura Infância 2020, da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (Secult-CE), e aguarda avaliação.

4 Tema de pesquisa aprovada em Edital de iniciação científica em universidade brasileira em 2020, encontrando-se em curso.

5 No território de pesquisa cartografado por este trabalho, são acompanhadas atividades de pesquisa e extensão com grupo de crianças em periferia urbana de cidade no Nordeste, desde 2019. São fruto da parceria da universidade com Ongs atuantes no campo das políticas públicas, defesa de direitos e luta pela democratização da cidade em uma ocupação urbana, considerada Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

Entra-se em contato com a potência das crianças como sujeitos de direitos à cena pública (como forças e não apenas formas), pensando que a pesquisa pode assumir-se como tal, a subjetivar-se em condições de cuidado e ao mesmo tempo abertas às virtualidades que o encontro com o público pode proporcionar, frente à recorrente institucionalização como vetor hegemônico das ações com crianças periféricas.

O diálogo com perspectivas pós-estruturalistas vem resultando em um modo de operar com as relações adulto-criança em que se destacam: a) as cenas e seus movimentos e não apenas os sujeitos que nela aparecem; b) os efeitos disruptores das falas das crianças para as lógicas de produção de sentido e menos a interpretação do ponto de vista do significado; c) os discursos e seu funcionamento nos dispositivos de subjetivação e, por fim, os múltiplos efeitos dos encontros em campo para as políticas de pesquisas, pesquisadores, território e pesquisados.

Infâncias em invenção

Como parte de pesquisa em curso sobre modos de participação das crianças em contextos periféricos de uma cidade no Nordeste brasileiro e pela análise dos dispositivos agenciados por projeto de extensão a ela relacionado, destacam-se algumas problematizações. A cartografia que vem sendo realizada em contexto periférico volta-se a acompanhar movimentos de um grupo com crianças de idades diferentes (entre 5 e 13 anos), meninas e meninos, pobres, em sua maioria negros e negras, articuladores e pesquisadoras e bolsistas que, em um primeiro ano, concentraram encontros presenciais quinzenais com as crianças em uma associação comunitária.

Tem prevalecido o recurso à não diretividade dos encontros pelos adultos e jovens bolsistas e articuladores, o que tem se aproximado das sociabilidades periféricas presentes nos modos de participação das crianças, desde a organização do lanche e local às marcas que imprimem nos fluxos dos encontros, a exemplo do convite para brincadeiras. Os papéis ficam tensionados na sua segmentaridade habitual, mas voltam a ser recodificados na interlocução com outros grupos que utilizam o mesmo espaço comunitário, como as mulheres da igreja.

A abertura para os encontros com predominância para as brincadeiras e atividades artísticas (desenhos, argila, teatro) imprime uma diferença quanto às ações realizadas anteriormente na associação, destinadas às crianças, e que precisam ser mais bem pesquisadas. As crianças se referem aos encontros como “curso”, mobilizando essa memória de articulações anteriores com outras universidades e/ou outras instituições. Põe em análise a aparente falta de signo para definir as características dos encontros, assim como a relação universidade/periferia em suas relações históricas de aplicação (saberes *experts*) que marcam a ida dos centros legitimados de conhecimento às regiões periféricas, tidas como faltosas e carentes.

Adultos e idosos (avós e moradores da comunidade) aproximam-se do grupo, trazendo os diferentes arranjos familiares das crianças, muitas delas primas, irmãs, vizinhas, em que podemos perceber as relações de cuidado e intimidade. São diferentes planos agenciados pelo grupo-dispositivo (Barros, 2007): entre adultas, adultos e crianças; entre os idosos e as crianças e pesquisadores; entre jovens articuladores e alunos e as crianças, trazendo as marcas de como se compõem essas trocas intergeracionais sob os efeitos de marcadores de raça, classe, gênero e não apenas geracionais.

A cartografia como acompanhamento de processos subjetivos (Barros; Kastrup, 2009; Fonseca; Nascimento; Maraschin, 2015) assume-se como movimento, em que se exercita habitar o plano das intensidades e não apenas das formas. Infâncias em invenção como signo não binarizante das relações e partilhas entre crianças e adultos.

“É nois que inventa”⁶ reverbera nesta cartografia como ritornelo que impregna mutualidades. Devir-criança que desterritorializa para abrir as pesquisas e trocas às virtualidades que o campo pré-figurado da intergeracionalidade pode fazer emergir (Kastrup, 2000). Virtual como o que resiste como possível e como força instituinte não previsível. Atua-se com as intergeracionalidades entendidas como um dos planos comuns da experiência cartográfica, as virtualidades dos laços entre gerações por vir e que podem se colocar em cena para que possam se atualizar.

As cenas (brincadeiras, conversas cotidianas, passeios) são vistas pela ótica do plano inventivo do encontro. Isso exige lidar com as contribuições de diferentes campos de conhecimento numa transdisciplinaridade convidativa e desafiadora, em que os “objetos” de pesquisa não são absolutamente os mesmos. As análises cartográficas do grupo-dispositivo e de seus traçados tentam se ocupar dos efeitos das marcas, diferenciando-se dos planos de análise em que as vozes são ouvidas no plano do visível:

Ora, o que estou chamando de marca são exatamente estes estados inéditos que se produzem em nosso corpo, a partir das composições que vamos vivendo. Cada um destes estados constitui uma diferença que instaura uma abertura para a criação de um novo corpo, o que significa que as marcas são sempre gênese de um devir (Rolnik, 1993, p. 242).

Quem inventa? Sujeito da invenção como coletivo, sujeito descentrado e não subsumido ao modo-indivíduo, engendrados pelas marcas, “daquilo em nós que se produz nas incessantes conexões” (Rolnik, 1993, p. 242). Grupo-dispositivo para coletivizar a infância e para tal torcer o olhar, no sentido das marcas feitas pelos fragmentos discursivos e não-discursivos como fonte de reescrita do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 131 - 149.

BARROS, R. B. **Grupo: A afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007.

BARROS, J. P. P. et al. A política da pesquisa-intervenção em psicologia social: deslocamentos a partir dos estudos foucaultianos e da esquizoanálise. In: LEMOS, F. C. S. et al. (org.). **Conversas transversalizantes entre psicologia política, social-comunitária e institucional com os campos da educação, saúde e direitos**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017. p. 467 - 485.

BARROS, J. P. P. et al. Quanto Importa Cada Vida? Problematizações Éticas Sobre Violência Contra Populações InfantoJuvenis no Ceará. In: FREITAS, R. C. et al. (org.). **Juventudes, Linguagens e Direitos**. 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária - Universidade Federal do Ceará, 2019. p. 19 - 52.

BARROS, J. P. P.; SILVA, D. B.; GOMES, C. J. A. Dispositivos Grupais Com Jovens: Rizomas Em Territorialidades Periféricas. In: LEMOS, F. C. S. et al. (org.). **Pesquisar com as Psicologias: artesanias e artifícios**. 1. ed. CRV: Curitiba, 2020. p. 30 - 50.

6 Fala de uma das meninas parceiras nas atividades do projeto de extensão e que se compõe como uma das linhas deste território de pesquisa passado em revista.

BARROS, J. P. P et al. Psicologia Social e o estudo da violência contra segmentos infantojuvenis: política de morte, precarização da vida e seus aspectos psicossociais. In: BARROS, J. P. P.; ANTUNES, D. C.; MELLO, R. P. (org.). **Políticas de Vulnerabilização e Seus Efeitos: Estudos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC.** 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020. p. 125 - 153.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.) **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 52 - 75.

CASTRO, L. R. **O futuro da infância e outros escritos.** 1. ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

COSTA, A. F. et al. Re-existências decoloniais frente às violências: experiências extensionistas em periferias fortalezenses. **Extensão em Ação**, Fortaleza, v. 19, n. 1, p. 53 - 66, jan/jun. 2020.

COSTA, E. A. G. A. **Com que diferenças se fazem adultos e crianças: uma analítica das posições discursivas sob a ótica da fronteira e da experimentação.** 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

COSTA, E. A. G. A.; CAVALCANTE, A. P. Políticas públicas culturais para as infâncias cearenses: anúncio de novos ventos? **Revista Subjetividades**, v. 20, n. 1, 2020.

COSTA, E. A. G. A.; COSTA, M. de F. V. Sobre a experiência de pesquisar entre crianças. In: ROCHA, N. M. F. D.; COSTA, M. A. C.; COSTA, M. F. V.; PINHEIRO, F. P. H. A (org.). **Na aldeia, na escola, e no museu: alinhavos entre infância e trabalho docente.** Fortaleza: EDUECE, 2016.

COSTA, F. V.; COSTA, E. A. G. A.; ROCHA, N. M. F. Entre escuta e saberes das crianças no imaginário da pesquisa: deslocamentos teórico-metodológicos para o reencantamento do mundo. In: Seminário Infâncias e pós-colonialismo: pesquisas em busca de pedagogias descolonizadoras, 2., **Anais (online)**, Campinas, SP, 2015. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/infancia/anais.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

COSTA, E. A. G. A.; MOURA JR., J. F.; BARROS, J. P. P. Pesquisar n(as) margens: especificidades da pesquisa em contextos periféricos. In: CERQUEIRA-SANTOS, E.; ARAÚJO, L. F. (org.). **Metodologias e Investigações no Campo da Exclusão Social.** 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 13 - 31.

DELEUZE, G. **Foucault.** Tradução Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, G. **Conversações.** Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

DELEUZE, G. O que dizem as crianças? In: _____. **Crítica e Clínica.** Tradução: Peter Pál Pelbart. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. p. 83 - 90.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia Vol. 3.** Tradução Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Ed 54, 1999.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos.** Tradução Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

FONSECA, T. M.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. **Pesquisar na diferença: um abecedário.** 1. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

FOUCAULT, M. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 253 - 278.

FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: _____. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996. p. 1 - 14.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2: uso dos prazeres.** Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. 9. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

- FOUCAULT, M; DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996. p. 69-78.
- GADELHA, S. Governamentalidade neoliberal e instituição de uma infância empreendedora. In: KOHAN, W. O (org.). **Devir-criança da filosofia: infância da educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p.123 - 140.
- GUATTARI, F. **Revoluções moleculares: pulsões políticas do desejo**. Tradução Suely Rolnik. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- KASTRUP, V. Devir-criança e cognição contemporânea. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v.13, n. 3, p. 373 - 382, 2000.
- KASTRUP, V; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. In: PASSOS, E; KASTRUP, V; TEDESCO, S. (org.). **Pistas do Método da Cartografia**: Porto Alegre: Sulina, 2016a. p. 15 - 41.
- KASTRUP, V.; PASSOS, E. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum - volume 2**. Porto Alegre: Sulina, 2016b. p. 203 - 237.
- PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17 - 31.
- PELBART, P. P. **Vida Capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.
- POZZANA, L. Pista da formação. A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. In: PASSOS, E; KASTRUP, V e TEDESCO, S. (org.). **Pistas no método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre: Sulina, 2016. P. 42 - 65.
- LIBARDI, S. S.; CASTRO, L. R. A proteção da infância no Brasil: uma visão crítica das relações intergeracionais. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 895 - 914, set./out. 2017.
- LIBERATO, M. T. C.; COSTA, E. A. G. A.; BARROS, J. P. P. O sujeito como campo problemático: contribuições de Foucault e Deleuze. **POLIS E PSIQUE**, v. 9, n. 1, p. 91 - 108, 2019.
- LOURAU, R. **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- MAYORGA, C. Algumas palavras de uma feminista sobre o campo de estudos sobre Juventude. In: COLAÇO, V. de F. R.; GERMANO, I.; MIRANDA, L. L.; BARROS, J. P. P. (org.). **Juventudes em Movimento: experiências, redes e afetos**. 1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019. p. 132-141.
- MBEMBE, A. **O direito universal à respiração**. São Paulo: Carta Maior, 2020.
- NANDY, A. **A imaginação Emancipatória: desafios para o século 21**. Tradução Joannes de Knegt. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
- NASCIMENTO, M. L. (org.). **Pivetes: a produção de infâncias desiguais**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.
- ROCHA, M. A (org.). **Visões e vivências latino-americanas do Cultura Viva**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 23, n. 4, p. 64 - 73, 2003.

ROLNIK, S. Pensamento, corpo e devir: Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **Cadernos de Subjetividade**, PUC/SP, v. 1, n. 2, p. 241 - 251. set./fev. 1993.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**. Notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ROSSI, A.; PASSOS, E. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 156-181, jun. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 set. 2020

RIBEIRO, F. B. Os cabelos de Jennifer: notas sobre participação e etnografia em contextos de “proteção à infância”. **Jornadas de estudos sobre la infância**, 4, Buenos Aires, 2015.

SALGADO, R. G. Infância, gerações e temporalidades: experiências de crianças e professoras em diálogo. **Linhas Críticas**, Brasília-DF, v. 20, n. 41, p. 63 - 80, jan./abr. 2014.

SARMENTO, M. Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância. In: **Educação & Sociedade**, CEDES, n. 91. v. 26 (Dossiê Temático Sociologia da Infância: Pesquisas com Crianças), 2005.

SILVA, A. E. Maquinar. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. (org.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

TAVARES, G. M. Carta à infância. In: BERNARDES, A. G.; TAVARES, G. M.; MORAES, M. (org.). **Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia**. Vitória: EDUFES, 2014. p. 61 - 68.

RESUMO

Neste artigo, pretende-se analisar movimentos de produção de um território de pesquisa e exercícios de políticas cognitivas inventivas na transversalização da Psicologia social e política e do campo dos estudos das infâncias. Transposição de limites geográficos da zona urbana de uma cidade nordestina pela criação correlata de territórios existenciais no encontro com crianças. Põe-se em análise o plano de composição de pesquisas, projetos de extensão, propostas para editais com ONGS, nos últimos 5 anos, visualizando deslocamentos ético estéticos e políticos. A questão da intergeracionalidade vai se diferenciando em meio a cenas e problemas já constituídos, inspirando planos de análise e preservando sua condição como problema (faz pensar). As recomposições vão delineando modos de operar na pesquisa sob inspiração da cartografia, pelas pistas do plano comum, do território existencial e dos processos, abrindo a intergeracionalidade às forças do virtual a ser atualizado nas cenas partilhadas por crianças e seus outros.

Palavras-chave:

intergeracionalidade, infância, cartografia, invenção.

Intergeneracionalidades en el análisis:**(re) composiciones ético-estéticas-políticas en investigaciones-intervenciones con niños y adultos****RESUMEN**

En este artículo pretendemos analizar movimientos en la producción de un territorio de investigación y ejercicios de política cognitiva inventiva en la transversalidad de la psicología social y política y el campo de los estudios de la infancia. Transposición de límites geográficos del área urbana de una ciudad del noreste por la creación correlativa de territorios existenciales en el encuentro con los niños. Se analiza el plan de composición de la investigación, los proyectos de extensión, las propuestas escritas de convocatorias públicas con ONG, en los últimos 5 años, visualizando los desplazamientos estéticos y éticos políticos. El tema de la intergeneracionalidad se está diferenciando en medio de escenarios y problemas ya constituidos, inspirando planes de análisis y conservando su condición de problema (hace pensar). Las recomposiciones perfilan formas de operar la investigación bajo la inspiración del análisis cartográfico, a través de las claves del plan común, el territorio existencial y los procesos, abriendo la intergeneracionalidad a las fuerzas de lo virtual para actualizarse en los escenarios compartidos con los niños y sus relaciones con los demás.

Palabras clave:

intergeneracionalidad, infancia, cartografía, invención.

Intergenerationalities under analysis:**ethical-aesthetic-political (re)compositions in intervention-research with children and adults****ABSTRACT**

In this paper, we intend to analyze the production movements of a research territory and also the inventive cognitive policy exercises in the cross-cutting of social and political psychology, as well as in the field of childhood studies. Transposition of geographical boundaries of a northeastern city urban area through the correlated creation of existential territories at the encounter with children. It is put under analyzes the research composition plan, extensions projects, written proposals for public notices in partnership with NGOs, over the last five years, visualizing ethical aesthetic and political displacements. The matter of intergenerationality goes differentiating itself in the midst of scenes and problems already constituted, inspiring other plans in analysis and preserving its condition as a problem (thinking). The recompositions outline ways of operating under the inspiration of cartographic through the tracks of the common plan, processes and existential territory, opening intergenerational to the forces of the virtual to be updated in the scenes shared by children and their others.

Keywords:

intergenerationality, childhood, cartography, invention.

FECHA DE ACEPTACIÓN/DATA DE RECEBIMENTO: 13/05/2020

FECHA DE APROBACIÓN/DATA DE APROVAÇÃO: 08/09/2020



Érica Atem G. de A. Costa

Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará/UFC, Brasil. Docente do Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas públicas na UFC/Sobral, docente do Depto. de Psicologia/UFC. Coordena o Maquinarias: infâncias em invenção – VIESES/UFC.

E-mail: ericaatem@ufc.br



João Paulo Pereira Barros

Doutor em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará/UFC, Brasil. Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. Coordena o VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação.

E-mail: joaopaulobarros@ufc.br